



## VIOLÊNCIA

Willian Silva Marques é dono de um imóvel ligado ao fuzil usado no crime. Investigação reforça envolvimento do PCC e apura possível participação de agentes de segurança na execução do ex-delegado Ruy Ferraz

# Justiça decreta prisão do sétimo suspeito

» AMANDA S. FEITOZA

A Justiça de São Paulo decretou, ontem, a prisão temporária de Willian Silva Marques, 36 anos, sétimo suspeito de envolvimento no assassinato de Ruy Ferraz, ex-delegado-geral do estado. Marques é proprietário da casa em Praia Grande de onde teria saído o fuzil possivelmente usado no crime e não possui antecedentes criminais.

Segundo a investigação, o imóvel em Praia Grande foi utilizado pelos criminosos. Daeshly Oliveira Pires, de 25 anos, presa por envolvimento no caso, teria buscado nessa residência o fuzil usado na execução e levado para a capital.

Além dela, já estão detidos Rafael Marcell Dias Simões, de 42 anos, preso na madrugada de sábado em São Vicente, e Luiz Henrique Santos Batista, o "Fofão", suspeito de atuar na logística do crime, detido na sexta-feira. Fofão, segundo a polícia, teria dado carona a um dos envolvidos na fuga após a execução.

### Emboscada

O crime ocorreu na última segunda-feira, quando Ferraz, de 64 anos, foi alvo de uma emboscada a tiros em Praia Grande. O ex-delegado chefiou investigações contra o Primeiro Comando da Capital (PCC) e chegou a prender o líder da facção, Marcos Willians Herbas Camacho, o "Marcola". Ferraz também atuou como secretário de Administração do município.

As autoridades investigam Fernando Gonçalves dos Santos, conhecido como "Azul" ou "Colorido", chefe do PCC na Baixada Santista,

Divulgação/PCSP



Delegado aposentado Ruy Ferraz foi alvo de uma emboscada em Praia Grandena na segunda-feira; ele chefiou investigações contra o PCC

que poderia ter interesse no assassinato por conta das atividades de Ferraz na administração municipal, incluindo o controle de licitações.

O secretário estadual de Segurança Pública, Guilherme Derrite, declarou não ter dúvidas de que o PCC está por trás da execução. Ele destacou, contudo, que a força-tarefa criada para apurar o crime também investiga se houve participação de agentes de segurança na emboscada.

Ruy Ferraz ocupou o cargo de delegado-geral da Polícia Civil de São Paulo e era reconhecido por sua atuação contra o tráfico de drogas. A morte dele reacendeu o alerta sobre o poder de influência da facção no estado e a escalada da violência ligada ao crime organizado.

### Inimigo do PCC

A polícia trabalha com duas linhas principais de investigação: o crime pode ter sido motivado por vingança do PCC, contra o delegado que investigou a facção por mais de 20 anos e era jurado de morte; ou por represália à atuação de Ruy Ferraz Fontes na prefeitura de Praia Grande, onde atuava como secretário de Administração nos últimos anos.

O ex-delegado era considerado um dos principais inimigos do PCC e, desde 2006, era jurado de morte, após indiciar a cúpula da facção, incluindo "Marcola".

O **Correio** entrou em contato com a Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo e em nota, o órgão informou que as forças de segurança seguem mobilizadas para identificar e prender todos os envolvidos no crime. **(Colaborou Rafaela Gonçalves)**

### Prisões decretadas

Ao todo, sete pessoas tiveram a prisão temporária decretada a pedido da Polícia Civil. Até o momento, três foram presas:

**Daeshly Oliveira Pires**, suspeita de ser a mulher que buscou o fuzil na Baixada Santista;

**Luiz Henrique Santos Batista**, conhecido como Fofão, apontado como responsável por dar carona a um dos executores na fuga;

**Rafael Marcell Dias Simões**, o Jaguar, que se entregou neste sábado (20), em São Vicente.

**Outros quatro seguem foragidos**

**Felipe Avelino da Silva**, o Mascherano, cujo DNA foi encontrado em um dos carros usados no crime;

**Flávio Henrique Ferreira de Souza**, 24 anos,

também identificado por DNA em um dos veículos;

**Luís Antonio Rodrigues de Miranda**, suspeito de ordenar que uma mulher buscasse o armamento;

**Willian Silva Marques**, dono da residência de onde teria saído um fuzil utilizado na execução.

## SEGURANÇA PÚBLICA

# Guarda Municipal terá câmeras corporais

» IAGO MAC CORD\*

O governo federal, por meio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, planeja lançar em outubro o programa Município Mais Seguro, voltado para o aprimoramento da segurança pública municipal e o fortalecimento das Guardas Municipais (GMs).

O lançamento ocorre em meio a uma crise na segurança pública brasileira, marcada por altos índices de letalidade policial, assassinatos de agentes e outras Mortes Violentas Intencionais (MVI). No ano passado, a taxa nacional de MVI atingiu 20,8 por 100 mil habitantes, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025.

O programa tem como objetivo a gestão integrada e a prevenção da violência e da criminalidade em territórios vulneráveis. A prioridade do plano federal será o financiamento para a aquisição e implementação de câmeras corporais nas Guardas Municipais, tecnologia considerada uma ferramenta eficaz para ampliar a transparência, reforçar a legitimidade e aumentar a responsabilização das ações policiais.

A iniciativa federal acompanha a expansão recente das atribuições das Guardas Municipais. O Supremo Tribunal Federal (STF) validou que as GMs podem atuar no policiamento ostensivo e comunitário. Em abril, o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, apresentou um novo texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, que prevê a inclusão das guardas municipais no rol de órgãos de segurança pública estabelecidos pela Constituição.

### PEC da Segurança

A PEC proposta também pretende conferir status constitucional ao Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), instituído por lei em 2018, e à União, a competência para estabelecer diretrizes gerais para a política de segurança. O financiamento é uma peça central, sendo que a PEC propõe a constitucionalização do Fundo Nacional de Segurança Pública e Política Penitenciária (FNPP), vedando o contingenciamento de seus recursos.

Nesse contexto, o programa Município Mais Seguro prevê capacitações integradas para as Guardas

Ane Souza/PMOP



Programa Município Mais Seguro deve ser lançado em outubro; tecnologia visa ampliar transparência

Municipais em áreas como Polícia Comunitária, Uso Diferenciado da Força e atuação das Patrulhas Maria da Penha.

O plano também inclui a autorização excepcional de transferência direta de recursos do FNPP para fundos específicos dos estados e do Distrito Federal, destinados a manutenção de serviços, investimentos em inteligência e aquisição de equipamentos permanentes, com o objetivo de acelerar a cooperação federativa.

Procurados, o Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública, a Federação Nacional de Sindicatos dos Guardas Municipais e o Conselho Nacional das Guardas Municipais não responderam aos questionamentos da reportagem. O espaço segue aberto para manifestações.

### Letalidade policial

A política de segurança pública no Brasil, em geral, é marcada

por um persistente e elevado padrão de letalidade policial, que se concentra de forma seletiva em segmentos específicos: jovens, negros e moradores de periferias, segundo o levantamento do Anuário Brasileiro da Segurança Pública 2025. Em 2024, 79% das vítimas de MVI no país eram negras e 48,5% tinham até 29 anos.

As decisões judiciais têm reforçado a importância de que as forças de segurança obedeçam à Lei 13.060/2014, que regulamenta o

uso de instrumentos de menor potencial ofensivo por agentes de segurança pública em todo o país, e respeitem os princípios internacionais de direitos humanos no que se refere ao uso proporcional e diferenciado da força. O Supremo reafirmou que a avaliação do nível adequado de força cabe às próprias forças de segurança, com controle exercido a posteriori, e não de forma antecipada.

A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635, específica para o Rio de Janeiro, serviu como um "laboratório" para a temática da segurança pública no país. O julgamento buscou examinar a adequação do arcabouço institucional fluminense aos parâmetros constitucionais e aos tratados internacionais. Como parte dessa medida, ficou determinado que o estado equipasse as viaturas e os uniformes dos agentes de segurança com sistemas de GPS, áudio e vídeo.

Em resposta às alegações de que decisões judiciais teriam limitado a ação policial, o STF ressaltou que as medidas cautelares tinham como objetivo assegurar a legalidade e a transparência da atuação estatal. Segundo dados do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ), durante o período em que vigorava a decisão do ministro Edson Fachin — que definiu diretrizes para as incursões —, as polícias cariocas realizaram cerca de 4,6 mil operações em comunidades.

\*Estagiário sob a supervisão de Rafaela Gonçalves